



PREFEITURA MUNICIPAL DE VERTENTES  
ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA  
Nº 015/2025

DISPENSA  
Nº 015/2025

# LICITAÇÃO PÚBLICA AUTUAÇÃO

AO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2025, NA CIDADE DE VERTENTES, DO ESTADO DE PERNAMBUCO, FAÇO AUTUAÇÃO DE UM PROCESSO ADMINISTRATIVO OBJETIVANDO CONTRATAR A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CFTV POR VIDEOMONITORAMENTO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BEM COMO MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA JÁ EXISTENTE, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE VERTENTES-PE, ATRAVÉS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6001/12.361.1206.2.2080 - 3.3.90.39 (579), E DOCUMENTOS QUE SE SEGUEM. DO QUE PARA CONSTAR FAÇO ESTE TERMO. EDILMA FERREIRA DA SILVA, AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VERTENTES.



CNPJ  
10.296.887/0001-60



81 99814-4011  
81 9500-0189



[gabinete@vertentes.pe.gov.br](mailto:gabinete@vertentes.pe.gov.br)



Dr. Emídio Cavalcanti, nº 97  
CEP 55.770-000 | Centro | Vertentes-PE



## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

### A QUEM INTERESSAR POSSA

A Prefeitura Municipal de Vertentes, Estado de Pernambuco, torna público que realizará a Dispensa de Licitação nº 015/2025, em decorrência do Processo de Contratação Direta nº 015/2025, na hipótese do artigo 75, inciso II, e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: 06 de fevereiro de 2025.

Horário da Sessão: 8h (oito horas).

Local da Sessão: Sala de Licitações, sito à Rua Dr. Emídio Cavalcanti, nº 97 – Centro – Vertentes-PE.

### 1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

**1.1.** A presente contratação direta objetiva a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, por dispensa de licitação, que tem como objeto a execução de serviços de instalação de sistema de CFTV por videomonitoramento nas escolas da rede municipal de ensino, bem como manutenção corretiva dos equipamentos do sistema de vigilância já existente, incluindo fornecimento de material visando atender às necessidades da Secretaria de Educação de Vertentes-PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste aviso e anexos.

**1.2.** A contratação terá execução indireta sob o regime de empreitada por preço global.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste aviso e no Anexo I (termo de referência) quanto às especificações do objeto.

### 2. DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM OBTER PROPOSTAS

**2.1.** A Administração manifesta interesse em obter propostas de eventuais interessados.

**2.2.** A participação na presente dispensa se dará mediante o envio de propostas de preços, devidamente elaboradas, e atendimento de requisitos para a habilitação da licitante que ofertar a melhor proposta.

**2.3.** Não poderão participar desta dispensa licitantes:

**2.3.1.** Que não atendam às condições deste aviso e anexos;

**2.3.2.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.3.3.** Que se enquadrem nas seguintes vedações:

**a)** Autor do termo de referência, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre serviços a ele relacionados;

**b)** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou empresa da qual o autor seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

**c)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**d)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**e)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**f)** Pessoa física ou jurídica que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste aviso tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2.3.3.1.** Equiparam-se aos autores do termo de referência as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.3.3.2.** Aplica-se o disposto na alínea "c" também à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

### **3. DO ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**



**3.1.** Após a divulgação do Aviso de Contratação Direta as licitantes interessadas deverão encaminhar suas propostas de preços até a data: 06 de fevereiro de 2025, às 8h (oito horas).

**3.1.1.** O encaminhamento das propostas de preços se dará através do e-mail: [cplvertentes@gmail.com](mailto:cplvertentes@gmail.com), podendo também serem apresentadas na Sala de Licitações, no prédio onde funciona a Prefeitura Municipal de Vertentes, localizado na Rua Dr. Emídio Cavalcanti, nº 97 – Centro – Vertentes-PE, CEP: 55.770-000.

**3.2.** Os preços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na plena execução do futuro contrato.

**3.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a licitante.

**3.5.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo a proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

**3.6.** A validade da proposta será de no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão, independentemente de declaração da licitante.

#### **4. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

**4.1.** Encerrado o prazo e horário para o encaminhamento, será verificado a apresentação de propostas de preços.

**4.2.** Após a análise das propostas apresentadas será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

**4.3.** Caso o preço da proposta vencedora esteja acima do estimado pela Administração poderá haver a negociação de condições mais vantajosas com a referida licitante.

**4.3.1.** Será encaminhada contraproposta à licitante que tenha apresentado o menor preço para que seja obtida melhor proposta com preço compatível.

**4.3.2.** A negociação será feita com o conhecimento das demais licitantes classificadas, respeitada a ordem de classificação.

**4.3.3.** Quando a melhor colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, será convocada a licitante seguinte na ordem de classificação, e assim sucessivamente.

**4.4.** Será desclassificada a proposta de preços que:

**4.4.1.** Contiver vícios insanáveis;

**4.4.2.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso e anexos;

**4.4.3.** Apresentar preços considerados inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**4.4.4.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**4.4.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso e anexos, desde que insanável.

**4.5.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**4.6.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante dos serviços ou da área especializada no objeto.

**4.7.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, dar-se-á início a fase de habilitação, observado o disposto neste aviso.

## **5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

**5.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do Anexo II (Documentação exigida para Habilitação) deste aviso e serão solicitados da licitante mais bem classificada.

**5.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

**5.2.1.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

**5.2.2.** Cadastro de Inidôneos do Tribunal de Contas de Pernambuco, no endereço eletrônico (<https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/declaracao-de-inidoneidade>).

**5.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**5.4.** A licitante melhor classificada poderá complementar os documentos exigidos para fins de habilitação até a data da assinatura do contrato.

## **6. DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** Após a confirmação da licitante vencedora, constatada a regularidade da proposta de preços e dos documentos de habilitação, será firmado instrumento de contrato, nos termos do Anexo III.

**6.2.** A licitante vencedora terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste aviso.

**6.3.** O contrato terá um prazo de vigência de 9 (nove) meses para a execução dos serviços, a contar da data de sua assinatura.

**6.4.** Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas durante o período de vigência.

## **7. DAS SANÇÕES**

**7.1.** Comete infração administrativa o contratado que incorrer nas situações previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**7.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**7.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**7.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**7.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**7.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**7.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**7.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

**7.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a futura contratação, durante o procedimento administrativo ou execução do contrato;

**7.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**7.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**7.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**7.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.2.** O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a)** Advertência pela falta do subitem **7.1.1.**, deste aviso, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**b)** Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato pela conduta do contratado, por qualquer das infrações dos subitens **7.1.1.** a **7.1.12.**;

**c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens **7.1.2.** a **7.1.7.**,

deste aviso, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens **7.1.8.** a **7.1.12.**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

**7.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**7.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**7.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**7.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**7.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**7.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada, mesmo que judicialmente.

**7.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**7.6.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da licitante deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**7.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**7.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e



prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido, com ou sem a participação de agente público.

**7.9.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e legislação subsidiária pertinente em vigor.

## **8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**8.1.** O procedimento será divulgado no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Vertentes, podendo as licitantes interessadas encaminharem suas propostas e documentos de habilitação pelo e-mail: [cplvertentes@gmail.com](mailto:cplvertentes@gmail.com) ou apresentarem fisicamente no setor de licitação.

**8.2.** No caso de todas as licitantes restarem desclassificadas ou inabilitadas (procedimento fracassado), a Administração poderá:

**8.2.1.** Republicar o presente aviso com uma nova data;

**8.2.2.** Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

**8.2.2.1.** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

**8.2.3.** Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**8.3.** As providências dos subitens **8.2.1.** e **8.2.2.** acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer licitantes interessadas (procedimento deserto).

**8.4.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelas licitantes, cujo prazo não conste deste aviso, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**8.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.



**8.6.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de propostas e documentação observarão o horário de Brasília-DF.

**8.7.** No julgamento das propostas e da habilitação a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.8.** As normas disciplinadoras deste aviso serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**8.9.** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**8.10.** Em caso de divergência entre disposições deste aviso, do termo de referência ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste aviso, desde que não comprometa a lisura nem a segurança jurídica do procedimento.

**8.11.** Da sessão pública será divulgada ata.

Vertentes, 03 de fevereiro de 2025.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VERTENTES**  
**Alda Márcia Ferreira de Andrade**  
Secretária de Educação

## ANEXO I

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 015/2025

DISPENSA Nº 015/2025

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

**1.1.** Execução de serviços de instalação de sistema de CFTV por videomonitoramento nas escolas da rede municipal de ensino, bem como manutenção corretiva dos equipamentos do sistema de vigilância já existente, incluindo fornecimento de material visando atender às necessidades da Secretaria de Educação de Vertentes-PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

**1.2.** A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos, materiais e insumos necessários para a execução dos serviços, incluindo câmeras, DVRs, cabeamento, conectores, fontes de alimentação, caixas de passagem, entre outros itens descritos nas especificações técnicas deste documento.

**1.3.** O objeto da licitação tem a natureza de serviço técnico profissional.

**1.4.** Os quantitativos e valores são os discriminados na tabela abaixo:

**Tabela 1 - Quantidades e Valores**

Item	Descrição/Especificação	Unid.	Quant.	Valor máximo em R\$	
				Unitário	Total
1	Serviços de Instalação de equipamentos CFTV, incluindo fornecimento de material	Serviço	28	1.045,90	29.285,20
2	Manutenção Corretiva e Substituição de equipamentos, incluindo fornecimento de material	Serviço	65	502,51	32.663,15
<b>Valor Total (R\$)</b>				<b>61.948,35</b>	

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de reforço na segurança e monitoramento das escolas municipais, garantindo um ambiente mais seguro para alunos, professores e demais profissionais da educação. Além da instalação de novos equipamentos de CFTV, faz-se necessária a manutenção corretiva do sistema já existente, com substituição de peças e ajustes técnicos para o pleno funcionamento do monitoramento.

**2.2.** A instalação de novas câmeras de CFTV permitirá o acompanhamento das atividades diárias dentro e ao redor das escolas, ajudando na prevenção de incidentes e possibilitando o rápido acionamento de medidas corretivas sempre que necessário. Por sua vez, a manutenção corretiva do sistema de monitoramento já existente é essencial para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos já instalados, assegurando a continuidade da vigilância eletrônica e evitando pontos cegos ou falhas na captação das imagens.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**3.1.** A solução proposta consiste na implantação de um sistema de monitoramento eletrônico moderno e eficiente para as unidades de ensino do município, além da manutenção corretiva e substituição de equipamentos avariados.

**3.2.** A solução engloba:

**3.2.1.** Instalação de câmeras de segurança de alta resolução em pontos estratégicos das escolas;

**3.2.2.** Fornecimento e instalação de gravadores digitais de vídeo (DVRs) para armazenamento e gestão das imagens captadas;

**3.2.3.** Manutenção corretiva e substituição de equipamentos defeituosos, garantindo o pleno funcionamento do sistema existente;

**3.2.4.** Fornecimento de cabeamento, conectores e fontes de alimentação necessárias para a correta operação do sistema;

**3.3.** Os serviços deverão ser executados de forma integrada, garantindo que todas as unidades escolares atendidas possuam um sistema de vigilância operante e eficiente.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A contratação decorrente deste instrumento adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

**4.2.** A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

**4.2.1.** Possuir experiência comprovada na instalação e manutenção de sistemas de CFTV;

**4.2.2.** Disponibilizar equipe técnica qualificada, com profissionais treinados para execução dos serviços;

**4.2.3.** Fornecer equipamentos e materiais compatíveis com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

**4.2.4.** Garantir que os serviços sejam executados dentro dos prazos estabelecidos, sem prejudicar o funcionamento das unidades de saúde;

**4.2.5.** Prestar suporte técnico e garantia mínima de 12 meses para os equipamentos instalados;

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato.

**5.2.** O contrato terá um prazo de vigência de 08 (oito) meses para a execução dos serviços.

**5.3.** A execução do serviço abrangerá:

**5.3.1.** Fornecimento e instalação de câmeras, gravadores digitais de vídeo e demais componentes necessários para a ampliação do sistema de monitoramento das escolas municipais;

**5.3.2.** Manutenção corretiva das câmeras já existentes, com substituição de equipamentos e peças defeituosas, garantindo seu pleno funcionamento;

**5.3.3.** Testes e configuração do sistema após a manutenção;

**5.3.4.** Infraestrutura de cabeamento e instalação elétrica adequada para suporte ao sistema de videomonitoramento;

**5.3.5.** Testes operacionais e treinamento básico para os servidores responsáveis pelo monitoramento das imagens.

**5.4.** A empresa contratada será responsável por fornecer os equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços, conforme descrito neste Termo de Referência.

**5.5.5 .** Os serviços serão realizados nas seguintes unidades escolares do município:

**Tabela 2 – Locais de prestação dos serviços**

<b>Unidade de Saúde</b>	<b>Endereço</b>	<b>Serviço</b>
Centro de Educação Infantil Municipal Maria Enedina de Menezes	Rua Dr. Emídio Cavalcanti	8 manutenções
Escola Municipal Professor Domingos Pereira	Distrito Serra da Cachoeira	8 manutenções
Escola Municipal Josefa Leandro	Distrito Chã do Junco	6 manutenções
Escola Municipal do Livramento	Distrito Livramento	28 Instalações
Escola Municipal Bernardo Chadas	Distrito Serra Seca	6 manutenções
Escola Municipal Professora Odete Bezerra	Distrito Capela Nova	6 manutenções
Creche Municipal Professora Alice Santos de Lima	Rua Joaquim Barbosa Souza	8 manutenções
Escola Municipal Ivan Márcio Bezerra Cavalcanti	Praça Agamenon Magalhães	16 manutenções
Escola Municipal José Acácio Pessoa	Praça Agamenon Magalhães	8 manutenções

## **6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**6.1.** Trata-se de serviço comum, a ser contratado mediante dispensa de licitação, nos termos do artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.** O fornecedor será selecionado com base no critério de menor preço global, observando a qualificação técnica e a comprovação da capacidade operacional para a execução do serviço.

## **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, quando for o caso, sempre que a Contratada:

**7.1.1.** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

**7.1.2.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.2.** A aferição da execução contratual para fins de pagamentos considerará os seguintes critérios:

**7.2.1.** Cumprimento dos horários estabelecidos no contrato;

**7.2.2.** Qualidade dos serviços técnicos prestados.

**7.3.** Poderá ser indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.3.1.** Não produziu os resultados acordados;

**7.3.2.** Deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**7.3.3.** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.4.** As medições serão mensais e a aceitação dos serviços efetivamente executados no período dependerá de prévia verificação por parte da fiscalização do contrato.

**7.5.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da liquidação da despesa, através de ordem bancária para crédito em instituição financeira indicada pela Contratada.

## **8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** O custo total estimado da futura contratação é de R\$ 61.948,35 (sessenta e um mil, novecentos e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos).

**9.2.** O valor estimado da contratação foi definido com base em pesquisa de preços realizada junto a três empresas do setor, garantindo a competitividade e a adequação ao mercado. A média dos valores obtidos nos orçamentos serviu como referência para a composição do custo total dos serviços e dos materiais a serem fornecidos.

## **10. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO**

**10.1.** A fiscalização da contratação será exercida por um servidor da Secretaria de Saúde, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**10.2.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas.

**10.2.1.** O fiscal determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhará os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**10.3.** A execução do objeto será controlada e fiscalizada pelas pessoas:

**10.3.1.** Gestor do Contrato: Alda Márcia Ferreira de Andrade, CPF: 984.121.324-91;

**10.3.2.** Fiscal do Contrato: Maviael Maciel da Silva, CPF: 042.102.544-10.

**10.4.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução dos serviços, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada.

**10.5.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste termo de referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

**10.6.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

**10.7.** A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto.

**10.8.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer a correção das faltas, falhas e irregularidades eventualmente constatadas.

**10.9.** Em hipótese alguma será admitido que a Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**10.10.** A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**10.11.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação dos serviços em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, quando for o caso, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste termo de referência.

**10.12.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**10.13.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto em norma vigente aplicável no que for pertinente à contratação.

**10.14.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

## **11 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**11.1 -** As obrigações financeiras assumidas correrão por conta de recursos alocados na seguinte dotação orçamentária: 6001/12.361.1206.2.2080 - 3.3.90.39 (579).

Vertentes, 03 de fevereiro de 2025.

**Alda Márcia Ferreira de Andrade**  
Secretária de Educação

## ANEXO I

### RELAÇÃO DE ITENS – REFERÊNCIAS TÉCNICAS

- Gravador Digital de Vídeo 16 Canais
  - Suporte entradas de vídeo HDCVI/Analógico/IP
  - Entrada: 16 canais BNC
  - Gravação Full HD (1080p)
  - Saídas de vídeo VGA e HDMI
  - Resolução 1920x1080, 1280x1024, 1280x720
  
- Câmera tipo bullet
  - Resolução full HD (1080p)
  - IR de 30metros
  - Lente megapixel de 2.8mm
  - Proteção contra surtos de tensão
  
- Disco rígido 2TB
  - Capacidade 2TB
  - Projetado para sistemas de vigilância
  - WD Purple
  - Garantia mínima de 1 ano
  -
  
- Conector P4
  - 2 bornes com parafuso para conexão de fios
  - Próprio para alimentação de câmeras CFTV
  - Dispensa uso de solda
  
- Fonte Estabilizadora 10A
  - Corrente máxima: 10A
  - Bivolt (110v – 220v)
  - Tensão de saída: DC 12v
  - Potência 120W
  
- Adaptador HDMI
  - Conector de saída e entrada RH45
  - Resolução máxima 1080p
  
- Câmera IMX C



- Resolução full HD (1080p)
- IR de 20 metros

## ANEXO II

### TABELA DE INVESTIMENTO

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Cabo de Rede	Caixa	12	1.220,00	14.640,00
2	Caixa de passagem P	Unidade	93	20,00	1.860,00
3	Conector RJ45	Unidade	37	5,00	185,00
4	Conector p4	Unidade	93	10,00	930,00
5	Conector Balun	Unidade	93	50,00	4.650,00
6	Gravador de Vídeo 16CG	Unidade	2	1.550,00	3.100,00
7	Eletroduto	Unidade	35	25,00	875,00
8	Filtro de Linha	Unidade	11	65,00	715,00
9	Adaptador HDMI	Unidade	1	100,00	100,00
10	Fonte 12V 10A	Unidade	5	170,00	850,00
11	Caixa de passagem G	Unidade	14	25,00	350,00
12	Câmera IMX C	Unidade	1	480,00	480,00
13	Disco Rígido 2TB	Unidade	2	550,00	1.100,00
14	Fonte 12V 20A	Unidade	2	240,00	480,00
15	Câmera Bullet	Unidade	27	390,00	10.530,00
				<b>Valor Total (R\$)</b>	<b>40.365,00</b>



## ANEXO II

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 015/2025

DISPENSA Nº 015/2025

### DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

#### 1. Documentos relativos à Habilitação Jurídica:

**1.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**1.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**1.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva.

#### 2. Documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:

**2.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, que poderá ser suprida mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

#### 3. Regularidade fiscal, Social e Trabalhista:

**3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – **CNPJ**;

**3.2.** Prova de **regularidade fiscal** perante a **Fazenda Nacional**, mediante Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, abrangendo, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.

**3.3.** Prova de **regularidade** perante a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com efeitos de Negativa;



**3.4.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS – CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal;

**3.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST;

**3.6.** Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal mediante apresentação de declaração, sugerindo-se o modelo do **Anexo II-A**.

#### **4 Habilitação Econômico-Financeira:**

**4.1.** Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da licitante, ou de seu domicílio ou, no caso de empresas em recuperação judicial, que já tenham tido o plano de recuperação homologado em juízo, certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a licitante está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório;

**4.2.** Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos 1º e 2º graus) da sede da licitante ou de seu domicílio.

**4.2.1.** A certidão descrita no subitem “**4.2.**” somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial do Estado da sede da licitante ou de seu domicílio (subitem “**4.1.**”) contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

**4.2.2.** Em caso de Certidão Positiva com efeito de negativa, referente a processos eletrônicos (PJe), é necessário que o documento mencione se a licitante já teve o plano de recuperação homologado em juízo e se está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório.



## ANEXO II-A

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 015/2025

DISPENSA Nº 015/2025

### MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DE MENORES

**Razão Social:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Dados para contato:**

**Objeto:** execução de serviços de instalação de sistema de CFTV por videomonitoramento nas escolas da rede municipal de ensino, bem como manutenção corretiva dos equipamentos do sistema de vigilância já existente, incluindo fornecimento de material visando atender às necessidades da Secretaria de Educação de Vertentes-PE.

DECLARAMOS, para fins de atendimento ao artigo 68, VI da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Local, data.

**Assinatura e identificação do representante legal**

### ANEXO III

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 015/2025

DISPENSA Nº 015/2025

### MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA SISTEMA DE CFTV POR VIDEOMONITORAMENTO NAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL, QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VERTENTES E A EMPRESA

.....

O **MUNICÍPIO DE VERTENTES**, por intermédio da **PREFEITURA**, CNPJ: 10.296.887/0001-60, com sede na Rua Dr. Emídio Cavalcanti, nº 97 – Centro – Vertentes-PE, CEP: 55.770-000, neste ato representado pelo Secretária de Educação, **Alda Márcia Ferreira de Andrade**, brasileira, casada, professora, portadora do Registro Geral nº 5.035.392, inscrita no CPF sob o nº 984.121.324-91, residente da Rua Ivan Figueiroa, nº 46 - Centro - Vertentes/PE, CEP: 55.770-000, no uso de suas atribuições legais, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa ....., CNPJ: ....., com endereço na ....., representada por ....., daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a execução de serviços de instalação de sistema de CFTV por videomonitoramento nas escolas da rede municipal de ensino, bem como manutenção corretiva dos equipamentos do sistema de vigilância já existente, incluindo fornecimento de material visando atender às necessidades da Secretaria de Educação de Vertentes-PE, conforme condições estabelecidas no termo de referência inerente.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO ATO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1. Fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, as condições previstas no Processo de Contratação Direta nº 015/2025, Dispensa nº 015/2025, vinculando-se o contrato ao ato que autoriza a contratação direta e a respectiva proposta aceita.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Rege-se o presente contrato pelas normas estatuídas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 048/2023, aplicando-se aos casos omissos disposições de direito público/privado previstas na legislação pertinente em vigor, naquilo que se aplicar.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços terão execução indireta sob o regime de empreitada por preço global.

4.2. Serão executados, dentre outros serviços:

4.2.1. Fornecimento e instalação de câmeras, gravadores digitais de vídeo e demais componentes necessários para a ampliação do sistema de monitoramento das escolas municipais;

4.2.2. Manutenção corretiva das câmeras já existentes, com substituição de equipamentos e peças defeituosas, garantindo seu pleno funcionamento;

4.2.3. Testes e configuração do sistema após a manutenção;

4.2.4. Infraestrutura de cabeamento e instalação elétrica adequada para suporte ao sistema de videomonitoramento;

4.2.5. Testes operacionais e treinamento básico para os servidores responsáveis pelo monitoramento das imagens.

4.3. A empresa contratada será responsável por fornecer os equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços, conforme descrito neste Termo de Referência.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. A CONTRATADA se obriga a executar os serviços pelo preço total de R\$ .....  
(.....), nele incluído custos adicionais e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis.

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Unitário	Total em R\$

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. As medições serão mensais e a aceitação dos serviços efetivamente executados no período dependerá de prévia verificação por parte da fiscalização do contrato.

6.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da liquidação da despesa, através de ordem bancária para crédito em instituição financeira indicada pela Contratada.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO

7.1. O preço proposto não será reajustado durante a execução dos serviços, salvo prorrogação do prazo de vigência contratual, decorridos mais de 12 (doze) meses da data de sua assinatura.

7.2. No caso de prorrogação do prazo de vigência contratual, após 12 (doze) meses, e a critério da Administração, poderá ser aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, fornecido pelo IBGE, apurado até o mês anterior daquele em que expiraria o prazo do contrato.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses dos artigos 124, inciso II, alínea "d", e 134, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de 15 (quinze) dias, a contar da solicitação, e deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

## 9. CLÁUSULA NONA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

9.1. Ocorrendo atraso nos pagamentos devidos, após 30 (trinta) dias da liquidação da despesa, a CONTRATADA terá direito a requerer da Administração uma compensação financeira, em que a apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, com juros de mora calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$
$$I = (TX/100) / 365$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

10.1. Este contrato terá o prazo de vigência para a execução dos serviços de 9 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CRÉDITO

11.1. As obrigações financeiras serão custeadas com 25% de Impostos e Transferências para a Educação, consignados nas dotações orçamentárias: 6001/12.361.1206.2.2080 - 3.3.90.39 (579).

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS GARANTIAS OFERECIDAS

12.1. Para assegurar a plena execução dos serviços não será exigida garantia, nem haverá antecipação de valores a título de pagamento, no entanto a CONTRATADA poderá a seu critério oferecer

garantia, optando por uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º, I a III da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES**

**13.1.** Obriga-se a CONTRATADA a cumprir rigorosamente as normas e exigências previstas no Processo de Contratação Direta nº 015/2025 e em todos os seus anexos, devendo, ainda:

**13.1.1.** Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade o pessoal adequado e capacitado de que necessitar em todos os níveis dos trabalhos, para a execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva todos os encargos, obrigações e responsabilidades de ordem trabalhista, previdenciária, civil e penal;

**13.1.2.** Fornecer aos seus empregados, Equipamentos de Proteção Individual – EPI, dentro das especificações exigidas pelo Ministério do Trabalho, com relação ao Certificado de Aprovação – CA, e/ou Certificado de Registro do Importador – CRI, sendo de sua inteira responsabilidade o treinamento quanto ao uso e conservação, tanto dos EPI's, quanto aos EPC's – (Equipamentos de Proteção Coletiva), em estrita obediência as normas que regulam a matéria.

**13.2.** A CONTRATADA se responsabiliza pelo cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando for o caso.

**13.3.** A execução dos serviços objeto do presente contrato, estará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, que a exercerá, diretamente ou através de terceiros para tanto credenciados, a fim de:

**13.3.1.** Exigir que a CONTRATADA execute os trabalhos em estrita obediência ao contido no Processo de Contratação Direta nº 015/2025 e seus anexos, à sua proposta, normas, especificações e a este contrato;

**13.3.2.** Rejeitar e sustar serviços que estiverem em desacordo com as normas, especificações ou ainda, melhor técnica consagrada pelo uso, a seu critério exclusivo, e, ordenar que sejam refeitos sem ônus para a CONTRATANTE;

**13.3.3.** Determinar a prioridade dos serviços, definir e autorizar suas etapas, controlar as condições de trabalho e exigir que sejam realizados nos domingos, feriados, dias santificados e períodos noturnos, quando por motivo de atraso na programação assim o exigir;

**13.3.4.** Proceder à aplicação de multas à CONTRATADA pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato;

**13.3.5.** Dar assistência à CONTRATADA na condução dos trabalhos, verificando-os, aprovando-os ou glosando-os, notadamente se estiverem em desacordo com o presente contrato, com o Processo de Contratação Direta nº 015/2025, seus anexos e, ainda, com as especificações respectivas fornecidas pela CONTRATANTE e que compõem o presente edital.

**13.4.** A CONTRATANTE ou terceiro por ela credenciado deverá manter no local dos serviços seus prepostos e técnicos, necessários ao bom desempenho da fiscalização.

**13.5.** A CONTRATADA se obriga contra risco de acidentes de trabalho de seus empregados e de terceiros.

**13.6.** Ocorrendo à hipótese de sinistro não coberto por seguro contratado, a CONTRATADA responderá pelos danos e prejuízos que eventualmente causar a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo as suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

**13.7.** A CONTRATADA assumirá integral e exclusiva responsabilidade por todos os danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruição, parciais ou totais, isentando totalmente esta e assumindo todas as reclamações e pretensões que venham a surgir em consequência deste contrato, ainda que tais reclamações e pretensões sejam resultados de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, encarregadas da execução dos serviços.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES**

**14.1.** Pelo descumprimento total ou parcial de obrigações assumidas neste contrato, a CONTRATADA estará sujeita à rescisão contratual e ao pagamento das seguintes multas, em moeda real:

**14.1.1.** Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso em relação aos prazos fixados na execução dos serviços incidente sobre o valor total do contrato;

**14.1.2.** Multa de 0,5% (meio por cento) por evento, pelo descumprimento de quaisquer umas das obrigações ora assumidas, incidente sobre o valor total do contrato.

**14.2.** A CONTRATANTE deduzirá o valor das multas aplicadas, dos créditos da CONTRATADA, nas faturas correspondentes, por ocasião do pagamento destas.

**14.3.** Quando o atraso na execução do objeto contratado for superior a 15 (quinze) dias a CONTRATANTE poderá extinguir o presente contrato, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades a que der causa a CONTRATADA.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO**

**15.1.** É obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação exigidas no Processo de Contratação Direta nº 015/2025.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO MODELO DE GESTÃO**

**16.1.** A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE que poderá elaborar um modelo de gestão do contrato objetivando uma eficiente atuação, de forma a garantir os resultados esperados pela Administração.



**16.2.** O controle e a fiscalização da execução do contrato serão realizados pelos servidores designados:

**16.2.1. Gestor:** Alda Márcia Ferreira de Andrade, CPF: 984.121.324-91;

**16.2.2. Fiscal:** Maviael Maciel da Silva, CPF: 042.102.544-10.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS DE EXTINÇÃO**

**17.1.** A ocorrência de qualquer dos motivos elencados no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 será motivo de extinção do presente contrato.

**17.2.** Aplica-se à extinção do contrato os termos e consequências dos artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

**18.1.** Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas ou decorrentes do presente negócio jurídico, elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Vertentes, com renúncias a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se configurar.

Vertentes, ..... de ..... de 2025.

## DEMONSTRAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Declaramos, para atendimento das disposições do inciso II, do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que o objeto da licitação, abaixo especificado, tem adequação orçamentária e financeira no exercício, com valor suficiente para atender todas as despesas as serem realizadas.

**Órgão:** 1 - Prefeitura Municipal de Vertentes

**Unidade Orçamentária:** 6001 – Secretaria de Educação – Recurso do Tesouro;

**Função:** 12 – Educação;

**SubFunção:** 361– Ensino Fundamental;

**Programa (PPA):** 1206 – Educação Básica de Qualidade;

**Ação (LOA):** 2.2080 - Manutenção das Atividades do Departamento de Ensino;

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**Dotação Orçamentária:** 6004/12.361.1206.2.2080

**Fonte de Recursos:** 2100 – 25% de Impostos e Transferências para Educação

**Valor Estimado:** R\$ 61.948,35 (sessenta e um mil, novecentos e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos)

**Descrição do Objeto:** execução de serviços de instalação de sistema de CFTV por videomonitoramento nas escolas da rede municipal de ensino, bem como manutenção corretiva dos equipamentos do sistema de vigilância já existente, incluindo fornecimento de material visando atender às necessidades da Secretaria de Educação de Vertentes-PE

Vertentes, 03 de fevereiro de 2025.

**ALDA MÁRCIA FERREIRA DE ANDRADE**  
Secretária de Educação